

RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

São Paulo, 6 de agosto de 2012

O Brasil e a Energia Hidrelétrica

- ▣ (World Bank Discussion Paper, nº 20, janeiro de 2007, Venkataraman Krishnaswamy e Gary Stuggins.)
- ▣ “A disponibilidade de fontes abundantes de energia hidrelétrica é benéfica para o Brasil, pois reduz os custos gerais de geração em relação a países com maior diversidade de fontes de suprimento.”

Quadro Comparativo do Custo de Energia Elétrica

País	Custo (Cents Kw/h)
Austrália	25
Bélgica	29
Brasil	34,18 → 70 a 80% Hidroelétrica
Canadá	10,78
China	7,5 – 10,7
Chile	23,11
Hong Kong	12,04
Russia	9,58
África do Sul	7,60 - 14
Reino Unido	21,99
Estados Unidos	5 – 37 (Média 9,99) Residencial 11,80
França	19,39
Bulgária	16,33

Novos Empreendimentos como parâmetro para fixação do custo

- ▣ Jirau, Santo Antonio, Belo Monte e Teles Pires
- ▣ Previsão de custo: R\$ 83,56 MWh (amortização em 35 anos)
- ▣ Descontada a amortização chega-se a um preço de R\$ 20,69 MWh
- ▣ Primeiro cálculo da diferença: R\$ 62,87 (FIESP)

Atualidade

- ▣ As atuais concessões foram prorrogadas em 1995, por 20 anos.
- ▣ Após vigência média de 56 anos deverão encerrar-se em 2015.

Objeto

- ▣ 28% da geração de energia do Brasil ou 112 usinas geradoras
- ▣ 9 contratos de transmissão (73 mil km de linhas ou 82% da malha)
- ▣ 37 distribuidoras

O Quadro de Insegurança Jurídica

- ▣ Desde há algum tempo, as autoridades do setor vem manifestando sem reboços a determinação de novamente prorrogar as concessões atuais.
- ▣ O Min. de Minas e Energia já se declarou a favor da nova prorrogação, estabelecendo-lhe o prazo de 20 anos.
- ▣ O objetivo só pode ser alcançado por alteração legislativa.
- ▣ A simples inércia em adotar as medidas necessárias à licitação de quase 30% da energia produzida no país e de mais de 80% das linhas de transmissão terá o efeito de estabelecer o fato consumado.

Legislação de Regência

- ▣ Lei nº 10.848 de 2004, alterou a Lei nº 9.074 de 1995
- ▣ As concessões obedecem aos Princípios Gerais Administrativos de Garantia da Manutenção do Serviço Público, Modicidade de Preço ao Consumidor, Atendimento Abrangente do Mercado, sem exclusão de populações de baixa renda ou de áreas de baixa densidade populacional, Aumento da Eficiência das Empresas Concessionárias visando à Elevação da competitividade global da Economia Nacional. (art. 3º da L. 9074)
- ▣ A última lei estabelece prazo máximo para amortização dos investimentos em geração em 35 anos e, em transmissão, em 30 anos
- ▣ As concessões anteriores à última reforma do Setor Elétrico (L. 10.848 de 2004) já haviam sido objeto de autorização de prorrogação por 20 anos.

A Questão Constitucional

- ▣ Art. 246. É vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada entre 1º de janeiro de 1995 até a promulgação desta emenda, inclusive. (*Redação da EC 32/2001*)

A Questão Constitucional

- ▣ A re-prorrogação indefinida de concessões de uso de recursos públicos não parece se alinhar com a norma do artigo 246.
- ▣ "De fato, não podem a Medida Provisória ou a GCE, por via de delegação, dispor normativamente, de molde a afastar, pura e simplesmente, a aplicação de leis que se destinam à disciplina da regra maior do art. 176, § 1º, da Constituição, no que concerne a potencial hidráulico. De fato, esse dispositivo resultante da EC 6, de 15-8-1995, não pode ser objeto de disciplina por medida provisória, a teor do art. 246 da Constituição. Nesse sentido, o Plenário decidiu múltiplas vezes, a partir da decisão na ADI 2.005-6/DF." ([ADI 2.473-MC](#), voto do Rel. Min. **Néri da Silveira**, julgamento em 13-9-2001, Plenário, DJ de 7-11-2003.) **No mesmo sentido:** [ADI 1.597-MC](#), Rel. p/ ac. Min. **Maurício Corrêa**, julgamento em 19-11-1997, Plenário, DJ de 19-12-2002.





Ainda a análise do WB

- ▣ A crise de energia (apagão) de 2001 serviu de mote à campanha contrária à privatização levada a efeito durante o governo Fernando Henrique Cardoso. No entanto, a escassez de água para mover as turbinas teria sido realmente desastrosa, caso já não se tivessem iniciado os novos investimentos no setor. Além disso, a eficiente administração da crise levou a resultados muito favoráveis no que respeita à adoção de medidas tendentes à economia de energia (20%).

Ainda a análise do WB

- ▣ A chamada ao capital resultou numa expansão significativa, em especial da rede de transmissão. De 1990 a 1995 a “rede básica” crescia na média de 700 km por ano. A partir de 1996 este número cresceu para cerca de 1.800 km por ano.

Ainda a análise do WB

- ▣ Também a qualidade do serviço apresentou melhorias quantificáveis por padrões internacionais. Índices SAIFI: número médio de ocasiões em que o serviço ao consumidor é interrompido por ano e SAIDI: duração horária média dessas interrupções

Resumo da Avaliação

- ▣ “A reforma criou um modelo comercial competitivo no qual a geração de 10.000 MW de concessões hídricas foram atribuídas, e 19.000 MW de novos projetos foram contratados em 5 anos. O custo e o prazo da construção dessas novas plantas foi reduzido significativamente com a participação da iniciativa privada.

Não menos importante...

- ▣ Ocorreu a consolidação de um modelo negocial para operação do sistema de energia semelhante aos consórcios mais avançados nos EUA.
- ▣ Ocorreu a criação de um modelo negocial para a transmissão – 12.600 km de linhas de alta tensão e o equivalente a 23 GVA em subestações foram construídos, principalmente pelo setor privado.
- ▣ Ocorreu a criação de um mercado de energia elétrica.
- ▣ Ocorreu a privatização de 85% da distribuição e 25% da geração com melhorias significativas na qualidade do serviço.
- ▣
- ▣ A eletrificação pode ser estendida a 500.000 residências na área rural.
- ▣ A administração bem sucedida de um programa nacional de incentivos reduziu o consumo em 20%, eliminando a necessidade de racionamento de energia. Ao final de 2002 o superávit de energia era de 8.500 MW.
- ▣ A isso se soma o acréscimo em 2004 de um mecanismo de leilões de energia que permite aos distribuidores servirem seus consumidores ao menor preço possível.